

MIGUEL PARANHOS DE
RIO-BRANCO

ALEXANDRE
DE GUSMÃO E O
TRATADO DE 1750

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE



OS CADERNOS DE CULTURA

MIGUEL PARANHOS DE
RIO-BRANCO

ALEXANDRE
DE GUSMÃO E O
TRATADO DE 1750



OS
CADERNOS DE CULTURA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

LIVRARIA IMPERIA
Tel.: (21) 2524-2605 Tel/Fax (21) 2533
www.livrareiros.com
Compra e Venda

I — ANTECEDENTES

DESDE que fôra descoberta a América, revelavam-se indefinidos e confusos os limites fixados aos domínios de Portugal e Espanha. A autoridade dos papas, no que se referia à repartição de terras descobertas, ou a serem descobertas, era, naquela época, incontestável. Isto não sòmente porque êles representavam, como vigários de Cristo, a própria vontade divina; mas, também, por causa do edito de Constantino que concedera ao papa Silvestre "a soberania de tôdas as ilhas do mundo, já que as novas descobertas feitas naquelas épocas passavam por não ser senão ilhas e não continentes" (1).

A imprecisão das fronteiras na América existia, assim, desde a bula *Inter coetera* (I). Outras bulas seguiram; tôdas elas redigidas em termos vagos, tomando por base posições que nem sequer eram seguras; nenhuma delas conseguiu, pois, delimitar as terras descobertas. Essa dúvida que pairava originou os repetidos protestos do Rei dom João III de Portugal, que considerava a ocupação da Espanha uma verdadeira usurpação, enquanto que, na própria Espanha, o famoso teologista

1 — *Alexandre de Gusmão et le sentiment américain dans la politique internationale*, RODRIGO OCTAVIO.

de Salamanca, frei Francisco de Vitoria, atacava veementemente a prerrogativa papal.

Tais protestos e controvérsias tiveram como resultado a negociação direta realizada no tratado de 7 de junho de 1494 assinado em Tordesilhas (II) — “Era como uma divisão do mundo entre os dois reis” (2). Embora repetindo algumas das disposições da bula *Inter coetera*, êsse tratado era uma vitória da diplomacia portuguesa, pois que a deslocação do meridiano, de 100 para 370 léguas, vinha aumentar o território ocupado por Portugal.

Tal tratado, entretanto, tinha a mesma falha que as precedentes bulas: fixava-se “no plano das fronteiras artificiais numa época em que não se contava, para a sua demarcação, com os necessários conhecimentos geográficos e astronômicos” (3). Surgiam dúvidas a respeito do próprio meridiano fixado; “o arreglo foi meramente formal e teórico; ninguém sabia o que dava ou recebia, e se ganhava ou perderia com êle no ajuste de contas” (4).

Já que os signatários dêsse tratado discutiam sobre se o meridiano fixado passava pela foz do rio da Prata ou pelo golfo de São Matias, era natural que aquêles que se encontravam no próprio território americano não tomassem o menor conhecimento do novo

2 — *Rio-Branco*. ALVARO LINS, pág. 270.

3 — ALVARO LINS. Obra citada, pág. 271.

4 — *Capítulos da História Colonial do Brasil*. CAPISTRANO DE ABREU, pág. 196.

ato. Portugueses e brasileiros continuavam suas explorações e transpunham a linha de limites sem sequer saber onde a mesma se encontrava e seguiam, acima de tudo, os seus interesses e as suas ambições.

Em 1580, deu-se a dominação de Portugal por Espanha, época durante a qual o mencionado tratado tornou-se letra morta. Foi então que se iniciou o alargamento das fronteiras brasileiras com a atividade, cada vez mais crescente, das bandeiras que voltaram os seus olhos para os rebanhos das cochilhas do sul. Nessa época, "as divisões penetram-se. Fundem-se. Embaralham-se à fantasia das vagas colonizadoras" (5).

Nessa marcha de colonizadores, os portugueses ou brasileiros e espanhóis, ignorando propositadamente tratados obsoletos e vagos em busca de fronteiras mais naturais, encontraram-se afinal nas regiões andinas e nas margens do Prata, onde, aliás, Martim Affonso de Souza, fundador da Capitania Geral de São Vicente, plantara, em 1531, os padrões de posse em nome da Coroa Portuguesa.

Quando, em 1640, Portugal recobrou a sua independência, os portugueses já haviam alcançado o Paraná entre Paranapanema e o Iguaçu. À volta ao poder da monarquia lusitana seguiu-se a guerra com a Espanha, até que esta reconhecesse a independência do seu vizinho. Na América, naturalmente, reiniciam-se também as hostilidades, e durante as lutas travadas entre espanhóis e portugueses, "ao sul e ao oeste, os paulistas

5 — *Ensaio de História e Crítica*. A. G. DE ARAUJO JORGE, pág. 120.

expulsam os espanhóis, desalojam as suas reduções no Alto Paraguai, ao oriente do Paraná, e, mais ao sul, ao oriente do Uruguai" (6).

O Tratado de Paz, assinado em Lisboa entre Portugal e Espanha, a 13 de fevereiro de 1668, não tomava nenhuma disposição positiva a respeito de limites na América. O artigo segundo determinou a mútua restituição das praças conquistadas "durante a guerra", acrescentando que os limites entre os dois Reinos seriam os já alcançados antes da guerra.

"Pode afirmar-se que então se haviam esboçado os limites meridionais do país, em linhas todavia obscuras e incertas" (7).

Ia, então, crescer e tomar violência o problema da fronteira do sul. Desde que Martim Affonso de Souza tomara posse da margem esquerda do Prata, os portugueses pretendiam fixar ali a sua fronteira. Muitos dos colonizadores apontavam para as grandes vantagens daquelas terras, e, entre eles, "Salvador Correa de Sá e Benevides, alcaide-mór da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, pedira a El-Rei lhe concedesse cem léguas de terras no distrito da Ilha de Santa Catarina. A 15 de março de 1658, respondia o Conselho Ultramarino afirmativamente" (8).

Em 1675, aquiescendo indiretamente a essa pretensão portuguesa, o Papa Inocêncio II tinha criado

6 — A. G. DE ARAUJO JORGE. Obra citada, pág. 121.

7 — *As Nossas Fronteiras*. JOÃO RIBEIRO, pág. 13.

8 — *A Política Exterior do Brasil*. JOÃO PANDIÁ CALOGERAS. Tomo I, pág. 159.

na margem do Prata um bispado submetido à jurisdição do Rio de Janeiro. Em fins de 1678, o tenente-general Jorge Soares de Macedo dirigiu uma expedição que, de Santa Catarina, seguiu na direção da futura Colônia à procura "das minas de prata que houver neste sertão até Buenos Aires".

Para assegurar a posse dos territórios ocupados no sul pelos bandeirantes, D. Pedro II decidiu construir naquela zona um posto capaz de assumir a defesa da região, e despachou instruções ao Governador do Rio de Janeiro, dom Manoel Lobo, a fim de que seguisse "a fundar, à margem esquerda do rio da Prata, a colônia do Sacramento, a Colônia "tout court", como a chamariam mais tarde, trecho do território platino a monopolizar a atenção exclusiva das duas côrtes" (9).

Deve salientar-se que a fundação da colônia não era caso de "geração espontânea". Cumprindo as ordens de seu soberano de fundar "alguma colônia na ilha de São Gabriel, ou na paragem que tivesse mais a propósito", Manoel Lobo desembarcou, a 1.º de janeiro de 1680, junto à ilha recomendada e, no continente, lançou as bases da Colônia. Esta cidade, na margem esquerda do Prata, quase em frente a Buenos Aires, achava-se completamente isolada da parte povoada do Brasil, cujo estabelecimento mais meridional se achava então na Ilha de Santa Catarina.

O novo posto não foi inquietado enquanto os espanhóis ignoravam a sua existência; conhecida porém

9 — J. P. CALOGERAS. Obra citada, pág. 159.

casualmente a fortaleza, o governador de Buenos Aires desejou saber "quais as intenções com que se entrava no território de Sua Majestade Católica". Tendo d. Manuel Lobo respondido "que aquelas paragens pertenciam à jurisdição portugêsa", o espanhol mandou uma intimação formal exigindo a retirada dos portugêses daquela zona e, dando o comando geral de um exército ao mestre de campo Antônio de Vera Mojica, desencadeou a primeira de uma longa série de hostilidades. Na madrugada de 7 de agosto, a praça era tomada de assalto e Manuel Lobo, feito prisioneiro, era encaminhado para Buenos Aires; os habitantes, na sua maioria, foram massacrados pelo exército de espanhóis e índios guaranis.

A notícia, ao chegar em Lisboa, causou verdadeira indignação já que a margem oriental do Prata sempre fôra considerada portugêsa. Profundamente irritado, o Príncipe Regente de Portugal, depois Rei Dom Pedro II, preparou-se para a guerra. Em Madri, onde a notícia originara bastante surpresa, a Côrte ficou imediatamente apreensiva, temendo as conseqüências de tal ato de hostilidade; e, do Duque de Glovenazzo, que Carlos II despachara para dar as mais plenas satisfações ao Regente, êste não exigiu nada menos do que a reconstrução da fortaleza e o reconhecimento como portugêses de todo o território em que estava edificada.

Firmou-se o tratado de 7 de maio de 1681. (IV), pelo qual a Espanha, "cuja administração estava nas mãos de Carlos II, desautorizou o procedimento patriótico do Governador de Buenos Aires e o destituiu"

(10). Em cumprimento d'este ato, a Colônia foi restituída em 1683 ao Governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, junto com as armas, munições e mais petrechos ali apreendidos.

O texto do tratado era acompanhado de um mapa "em que a própria Espanha, cedendo no âmbito limitado do meridiano de 1494, ampliava quase até a barra da Lagoa dos Patos a posse legítima de Portugal" (11). Este incidente de menor importância nas relações diplomáticas dos dois Reinos ibéricos, foi, porém, a origem dum conflito que iria alastrar-se por quase dois séculos.

Enquanto isto, os paulistas desbravavam Goiás, ocupavam Mato Grosso e iam, no rumo do rio Paraguai, a caminho do Peru, sem encontrar a menor opposição espanhola.

Em Lisboa, o Conselho Ultramarino estudava a utilidade da praça e se valia a pena conservá-la. Duarte Teixeira e Thomé de Almeida e Oliveira, este último ouvidor geral do Rio de Janeiro, foram consultados. A resposta não era favorável à permanência naquela cidade, ainda menos sob o governo de Christovão d'Ornellas; "encontravam ser Maldonado melhor sítio para o estabelecimento do que Sacramento". Se Portugal quisesse ficar com a Colônia, "aconselhavam, ainda, removessem para ali casais de Portugal, ou solução menos dispendiosa, vagabundos e degradados do Rio" (12).

10 — A. G. DE ARAUJO JORGE. Obra citada, pág. 126.

11 — J. P. CALOGERAS. Obra citada, pág. 166.

12 — J. P. CALOGERAS. Obra citada, pág. 171.

Portugal decidiu conservar Colônia removendo porém o governador e substituindo-o por dom Francisco Naper de Alencastro. As relações com Buenos Aires, que haviam melhorado com a chegada de Alencastro, foram, entretanto, envenenando-se com a chegada, em 1691, do novo governador castelhano. Aumentava a tensão, já que tudo era motivo para reclamações contra a ação de Alencastro: era a "soi-disant" violação do tratado provisional; era o gado de que se utilizavam os portugueses; era a não-restituição de Vila-Rica pelos portugueses" (13).

A 8 de junho de 1701, Portugal e Espanha assinavam novo Convênio, confirmando as disposições do ajuste provisório de 7 de maio de 1681 e, no seu artigo 14, estabeleciam que "o domínio da dita Colônia permanecia como ao presente o tem".

"Renovou-se então o antigo debate sobre a verdadeira posição da linha meridiana de Tordesilhas e seus pontos de interceção no litoral da América do Sul, sem que se pudesse chegar a acôrdo algum" (14).

Em 1704, d. Alonso Valdez Inclan atacou Sacramento. Seu governador, o General Sebastião da Veiga Cabral, capitulou e teve que entregá-la no ano seguinte.

A 1.º de janeiro de 1712, iniciaram-se entre a França e os Aliados as negociações de Utrecht (VI). Portugal assinou o seu tratado de paz com a França e

13 — J. P. CALOGERAS. Obra citada, pág. 173.

14 — *Questões de Limites*. BARÃO DO RIO BRANCO. Volume I, pág. 18.

a Espanha, em uma só convenção, a 7 de novembro de 1713. Sòmente a 6 de fevereiro de 1715 é que firmava o tratado definitivo de paz com a Espanha. Nesse tratado, voltou à baila a questão de Colônia, e, pelos artigos V, VI, VII, "nem só havia restituição, como declarava Filipe, por si e por seus herdeiros, desistir de tôda ação e direito sôbre o território e Colônia do Sacramento situada na margem setentrional do Rio da Prata, que ficariam pertencentes a dom João V e seus sucessores" (15).

Apesar de não estar ainda positivamente definido, o princípio do *uti possidetis* aparece pela primeira vez no domínio do direito internacional nos atos de Utrecht.

Cumprindo o tratado, Espanha entregou Colônia em 1716 a Manoel Gomes Barbosa, que a governou até 14 de março de 1722.

Entretanto, o Tratado assinado em Utrecht também estava redigido em termos vagos e duvidosos: "O Govêrno de Portugal entendia que as palavras "Colônia e território" significavam tôda a margem esquerda do rio da Prata. O Governador de Buenos Aires, Coronel Garcia Ros, ao fazer a entrega solene, assinou como limites do estabelecimento português o território compreendido no alcance de um tiro de canhão" (16).

E, mais uma vez, desencadearam-se as hostilidades ativada pelo incidente ocorrido em Madri, a 22 de fevereiro de 1735, com a invasão da residência do Mi-

15 — J. P. CALOGERAS. Obra citada, pág. 192.

16 — A. G. DE ARAUJO JORGE. Obra citada, pág. 131.

nistro de Portugal. A 28 de novembro de 1735 o governador de Buenos Aires, dom Miguel de Salcedo, iniciou o sítio de Sacramento, que resistiu heróicamente sob as ordens de Antônio Pedro de Vasconcellos, o qual tinha suas comunicações com o Rio de Janeiro asseguradas por uma esquadra portuguesa. O Governador das Capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, depois Conde de Bobadela, enviou-lhe importantes reforços e provisões. Em 1737, tropas do Rio de Janeiro, da Bahia e de Minas Gerais, partidas de Colônia, ocuparam e fortificaram o Rio Grande do Sul.

Entraram novamente os dois governos em acôrdo e, a 16 de março de 1737, expediram "ordens de cessação de hostilidades em América, ficando aí as coisas na situação em que estivessem, à chegada das intimações. A suspensão da luta duraria até ajuste definitivo e final das duas coroas, sôbre as suas possessões no novo mundo" (17).

Assim, por meados do século XVIII, os incidentes repetidos em tôrno da posse de Colônia indicavam que não era mais possível protelar a solução do longo litígio em que se encontravam espanhóis e portugueses. O Brasil atingira ao máximo de sua expansão territorial, definindo, de certo modo, a sua linha de fronteiras. Com a obsessão de possuir Colônia, os espanhóis ignoravam a penetração ao norte e ao centro que entregavam a Portugal as zonas de Paraná, Amazonas e Rio Grande do Sul.

17 — J. P. CALOGERAS. Obra citada, pág. 202.

Nem as guerras, nem os tratados que lhes punham fim, conseguiram terminar a contenda travada em redor de Sacramento.

"A linha de Tordesilhas já era uma categoria histórica. A expansão, obra das entradas e bandeiras, dos Paulistas e missionários, emoldurara o Brasil, estendendo-o ao sul até a margem setentrional do Prata, a oeste até o Paraguai, o Guaporé e o Javari, e ao norte até o alto rio Negro e alto rio Branco.

O espantoso movimento de irradiação dos portugueses na América do Sul criou um novo estado de coisas. Exigiu que as duas metrópoles ibéricas entabolassem um acôrdo regulando as linhas limítrofes de suas respectivas possessões" (18).

18 — *As Fronteiras do Brasil*. FERNANDO ANTÔNIO RAJA GABAGLIA, págs. 53 e 54.

II — ALEXANDRE DE GUSMÃO

N o ano em que o Conselho Ultramarino, estudando os pareceres recebidos das autoridades portuguesas do Brasil, discutia sobre se devia ser conservada ou não a praça de Colônia, nascera o homem que haveria de resolver a famosa questão dos limites dos domínios português e espanhol, já que, apesar do seu tratado ter sido tornado sem efeito em 1761, elle serviria de pedra angular para a tese do Barão do Rio-Branco.

Francisco de Lourenço occupava em Santos, na então capitania de São Vicente, o cargo de cirurgião-mór do Presídio daquela cidade. Naquelle anno de 1695, no mês de maio, sua esposa, D. Maria Alvares, dava à luz ao seu nono filho.

A exemplo de seus irmãos, quatro varões e quatro moças, Alexandre começou seus estudos em Santos, onde "recebeo a doutrina de huma educação christãa e civil do ensino dos Padres da Companhia de Jesus" (19). Seguiu depois para a Baía de Todos os Santos, onde foi acolhido pelo padre Alexandre de Gusmão, jesuíta que fundara o Seminário de Belém. Este padre, que se tomou de grande afeição pelo jovem, serviu-lhe

19 — *Elogio de Alexandre de Gusmão*. MIGUEL MARTINS DE ARAUJO.

de padrinho de Crisma, dando-lhe o seu nome, aquêle com o qual tornar-se-ia mais tarde uma das figuras máximas da diplomacia portugêsa e "o avô dos diplomatas brasileiros".

A família de Alexandre, extremamente religiosa, destinara os seus nove filhos à carreira claustral, uns jesuítas, outros franciscanos. Entre os seus irmãos, o jesuíta Simão Rodrigues "se distinguiu muito em Orador Evangélico; . . . teve tão bem huma Irman que andava viajando dentro do seu Continente, para assistir mais fácil, e oportunamente aos mendigos, e incuraveis nos Hospitais" (20): a beata Joana de Gusmão.

Porém, mais famoso entre todos, era aquêle com quem Alexandre iria reunir-se em Portugal: Bartolomeu, o Voador, inventor da "passarola"; o precursor da aeronáutica, que, com o seu aeróstato de ar quente, conseguiu, em Lisboa, quase um século antes dos irmãos Montgolfier, realizar a primeira ascensão da história.

Alexandre, segundo apurou Affonso de Taunay, também devia ingressar nas ordens religiosas, tendo, para êsse fim, efetuado as provas genealógicas necessárias e sido habilitado em 1722.

Ao lado de seu padrinho de Crisma, Alexandre começou a dar livre curso a seu amor pela literatura, gôsto literário que o tornaria um dos mestres da lingua portugêsa; consta que, no seminário onde estava, rimou versos em louvor ao Rei de Portugal, os quais foram, possivelmente por intermédio de Bartolomeu, mostrados ao próprio dom João V.

20 — *Juizo Imparcial sobre Alexandre de Gusmão.*

Em 1710, com apenas quinze anos, Alexandre partia para a metrópole onde Bartolomeu, que gozava na corte de imenso prestígio, mandara-o chamar. Com o seu irmão, aprendeu as línguas vivas que esse conhecia, e, ainda mais, as ciências matemáticas em que Bartolomeu "excedia os estudiosos do seu tempo em Portugal" (21).

Brilhante, culto e inteligente, com um físico agradável sendo "de mais que ordinária estatura, olhos pequenos e brilhantes, e sempre polido sem afetação" (22), Alexandre de Gusmão, ajudado pelo prestígio do irmão, não somente conquistou a simpatia da corte como também a amizade pessoal do rei D. João V. Os efeitos de tão poderosa amizade não tardaram em se concretizar quando o monarca nomeou o jovem brasileiro, com seus vinte anos incompletos, membro da comitiva chefiada por D. Luis Manuel da Câmara, Conde da Ribeira Grande. Terminada a guerra de sucessão de Espanha, o Rei de Portugal decidira mandar esse fidalgo, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, ao Congresso de Cambray, prestar à majestade gloriosa de Luís XIV as homenagens do seu Reino.

No Paris de Luís XIV, o Paris dos Racines e dos Corneilles, o Paris dos Fenelons e dos Bossuets, o centro do mundo intelectual, científico e artístico, Gusmão passou cinco anos. O primeiro resultado dessa estadia foi a renúncia de Alexandre de Gusmão em ingressar

21 — *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro*. ARGEU GUIMARÃES, pág. 210.

22 — MIGUEL M. DE ARAUJO, *Obra citada*.

nas ordens religiosas; atraído pela diplomacia, não cumpriu com os desejos de sua família. Pode afirmar-se que foi em Paris que se cristalizou a formação intelectual e diplomática de Gusmão. Ali teve oportunidade de observar, na intimidade, como era tratado o maior Príncipe da época; inteirou-se, das inúmeras "démarches", das sondagens discretas, dos estudos secretos, dos monótonos "pourparlers" que preparavam e serviam de base à confecção dos tratados assinados pelos mestres da política internacional.

A sua vida na corte, rica em observações pessoais, não impedia Alexandre de estudar. Estava ele em Paris, a meca da cultura mundial daquela época, e não lhe escapou a oportunidade. Estudou Jurisprudência de acôrdo com os ensinamentos do famoso Cujas e doutorou-se em direito civil, romano e eclesiástico; enriqueceu a sua memória, temperou a inteligência, descobriu o contraste imenso entre o brilhante espírito da corte de Paris e a atmosfera asfixiante da de Lisboa; tornou-se, naturalmente, mestre da língua francesa, enriqueceu os seus conhecimentos oratórios e a sua capacidade literária que haviam de surgir em todo o seu brilho no seu eloquentíssimo Panegírico.

Voltando a Portugal em 1720, Alexandre de Gusmão foi logo admitido na Secretaria dos Negócios do Reino.

Contava então o jovem brasileiro com vinte e cinco anos e já gozava na Corte de um prestígio tão grande que, naquele mesmo ano, foi mandado em missão para a Itália. Estando as relações de Portugal com Roma assaz complicadas, D. João V resolvera mandar

a Roma uma missão chefiada por Bartolomeu de Gusmão, a fim de tentar aplanar definitivamente as divergências existentes. Antes de integrar-se na missão chefiada por seu irmão, Alexandre demorou-se na Corte de Turim onde foi honrado com grandes distinções (23). Seguiu dali para a Corte de Roma, capital do mundo cristão. Sua missão junto ao Papa o manteve naquela cidade por sete anos: "sete anos de hábil porfia, consumidos em aplanar dificuldades, remover embaraços, vencer escrúpulos, tendo assistido à morte de três pontífices, o que importava em recommençar sempre as negociações interrompidas" (24).

Entretanto, a força de vontade, a perseverança e a habilidade do "brasílico" foram coroadas de êxito; graças ao seu longo contato com os príncipes da Igreja, Alexandre aprendera "o modo de tratar as dependências maiores que ocorrem naquela Grande Corte ... e, por isso, os negócios, que propôs da sua Corte, não deixou de os conseguir; porque estando inteirado do gênio da Nação, revestia a sua substância de todas aquelas precauções, que evitam as más consequências" (25).

Graças a esse tato, Gusmão viu enfim resolvidas duas velhas questões: a Colegiada de São Tomé, na Capela Real, foi elevada à categoria patriarcal; os Reis de Portugal receberam o tratamento de *Fidelíssimo*, tal qual eram intitulados *Cristianíssimo* o Rei da França e

23 — MIGUEL M. DE ARAUJO. Obra citada.

24 — *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. JAIME CORTESÃO.

25 — MIGUEL M. DE ARAUJO. Obra citada.

Católico o de Espanha. Durante êsses sete anos, Alexandre firmou profundamente o prestígio de dom João V na Cúria romana, liquidou dissídios, e cativou de tal modo a Côrte Pontifícia que o Santo Padre Benedito XIII, encantado com a urbanidade de seu trato, conferiu-lhe a dignidade de Príncipe Romano, título que não pôde aceitar uma vez que o próprio João V, então separado de Alexandre por muitos anos e sofrendo a influência das intrigas da Côrte, determinara-lhe que recusasse a prezadíssima honraria.

Tendo regressado a Lisboa em 1729, Gusmão seguiu, no mesmo ano, em viagem ao Brasil. Durante a sua estadia na nossa terra, onde êle permaneceu até 1730. Alexandre viajou pelas Capitanias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, tendo chegado a reger, em São Paulo, uma cadeira de filosofia.

Regressando a Lisboa, foi elevado a Fidalgo da Casa Real, sendo também, em 1731, "eleito membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, e encarregado por esta de escrever em latim uma História Ultramarina de Portugal" (26).

Tendo sido nomeado "Escrivão de Puridade" do rei, Gusmão dedicava-se, naturalmente, à política exterior do Reino; a seu cargo teve, primeiro, os negócios com Roma, aos quais acrescentou, em 1734, os do Brasil, ficando em 1735 com os problemas internacionais dos demais países da Europa.

A 23 de setembro de 1743, foi êle nomeado Conselheiro de Capa e Espada e Ministro do Conselho Ul-

26 — JAIME CORTESÃO. Obra citada.

tramarino. Foi neste cargo que começou a trabalhar a favor de sua pátria e que se revelou o pioneiro da colonização dirigida no Brasil; de 1746 a 1749 começou a colonizar sistematicamente e com planejamento os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Para tal fim, providenciou o envio de 4.000 casais de famílias de agricultores das ilhas dos Açores, da Madeira; chegados nas províncias do sul eram eles distribuídos em núcleos coloniais de sessenta casais cada um, fixados desde o rio Francisco do Sul até ao sêro de São Miguel.

Assim fixa-se um dos aspectos pelos quais Alexandre de Gusmão tornou-se exceção na sua época, o do colonizador. Porém, para ser, como ele, um colonizador que obedece a planos, que prevê as possibilidades de adaptação do imigrante e as de produção; a influência do novo território onde ele é fixado e a escolha de um clima que torna mais fácil a sua instalação; para isso, é necessário, mais, indispensável, ter vastos conhecimentos do que chamamos hoje geografia política e humana. Eêste é o segundo aspecto da personalidade de Gusmão. Foi um verdadeiro precursor do estudo da política com bases geográficas e históricas.

No seu livro "Alexandre de Gusmão e o Tratado de limites em 1750", o ilustre historiador português Jaime Cortesão reproduz trechos de uma carta escrita por Alexandre de Gusmão, a 6 de junho de 1743 e, provavelmente destinada ao Dr. Tomaz Robi de Barros Barreto, pela qual pode avaliar-se o quanto o autor se dedicava a estudos pormenorizados dos problemas do seu país.

Vale a pena reproduzir aqui esta carta dirigida a este funcionário que partia para Minas:

"queira ter o trabalho de escrever e riscar tudo quanto vir, e ainda escrever o mais que souber por pessoas fidedignas, de Terrenos, Lagos, Rios, Fontes, Frutas e Povos, com seus governos, trajes, costumes e religião: levando porém a ponto fixo nos Terrenos, Lagos e Rios, e nas lagoas, das distâncias, e podendo ser, indo de par com a certeza da altura dos graus das mesmas Terras, Povoações, Lagos, Rios e Fontes, sem faltar à verdade de sua Descrição Geográfica e Histórica, excetuando dêste trabalho todo o país que decorre do Rio de Janeiro até a cidade de Mariana".

Essas são as recomendações de Alexandre de Gusmão. Tudo nelas está incluído: geografia, etnografia, história, zoologia, botânica e política. O método lembra forçosamente a técnica minuciosa do Barão do Rio Branco.

O estudo geo-econômico do Brasil e o de sua colonização não eram os únicos que preocupavam Gusmão. O problema religioso não o deixou indiferente, pois ele promoveu a criação dos bispados de Minas Gerais, São Paulo e Pará e das prelarias em Goiás e Cuiabá. O desenvolvimento da indústria também foi alvo de suas providências: a fim de incentivar a exploração de ouro, substituiu o imposto do quinto pela capitação.

Essas foram as atividades de Alexandre de Gusmão em prol do Brasil durante os anos de 1743 a 1750. As providências administrativas que tomou e os

seus afazeres durante esse período não se limitavam, entretanto, apenas ao Brasil.

Camilo Castelo Branco, no seu "Perfil do Marquês de Pombal", acusa Sebastião José de Carvalho de ter aplicado e feito suas tôdas as medidas planejadas e preconizadas por Gusmão, tais como as providências a respeito da moeda, as Companhias da América, os governos das colônias, as indústrias nacionais, as minas do Brasil, as distinções entre cristãos novos e velhos, tudo "encontra-se nos escritos de Gusmão que têm os seguintes títulos: "Resposta de Alexandre de Gusmão ao papel que fêz Antonio Pedro de Vasconcellos governador que foi da Colônia do Sacramento sobre os tratados dos limites da América" e "Dissertação sobre os interesses dos limites da América — Consulta sobre o regimento das minas do Brasil — Resolução de Sua Majestade sobre a mesma consulta — Consulta sobre a advertência da resolução — Avisos sobre a mesma — Reparos sobre a mesma capitação" (27).

Durante todo o período de sua vida na corte, o desinteresse, o amor à Pátria e a seu Rei, a amizade respeitosa que tinha para com êle caracterizaram a atuação do brasileiro.

"O desejo de aumentar a gloria do Príncipe, e adiantar o crédito da Nação estava intimamente estabelecido na sua grande alma, estudando sempre neste comum benefício" (28).

27 — *Perfil do Marquês de Pombal*. CAMILO CASTELO BRANCO, pág. 82.

28 — *Alexandre de Gusmão, o Avô dos Diplomatas Brasileiros*. A. G. DE ARAUJO JORGE.

Sua vida era tãda de trabalho e de estudos: filosofia, hist3ria, literatura, pol3tica, tudo o atraia; e 3le possu3a, tamb3m como o Segundo Rio-Branco, "humã escolhida livraria". Dominava magnificamente a sua l3ngua, falando f3cilmente as dos outros pa3ses europeus, conhecendo perfeitamente o latim e tendo at3 seguro conhecimento de algumas orientais.

No estudo da filosofia, deixou Alexandre de Gusm3o tr3s livros em que examina o sistema de Newton. Seus conhecimentos da poesia, da hist3ria, tanto a sagrada quanto a profana, e da jurisprud3ncia, bem como a riqueza de sua eloqu3ncia s3o objetos de in3meras refer3ncias no "Elogio" de Miguel Martins de Araujo.

3ste foi o homem a quem dom Jo3o V recorreu para tentar resolver o problema das fronteiras das col3nias americanas, o "estadista que, nas ci3ncias pol3ticas foi mais arguto que D. Luis da Cunha, e na sagacidade e lucidez de fino sentir foi o mais avançado esp3rito do seu s3culo" (29).

Como veremos, Gusm3o n3o traiu a confiança do rei e sua obra lhe conferiu o primeiro p3sto entre os construtores da grandeza territorial do Brasil.

Com Gusm3o vemos pela primeira vez "um brasileiro nato opinar e decidir eficazmente em mat3ria de Diplomacia relativa à sua terra natal. Depois dessa Miss3o, s3mente em 1822, voltar3 a diplomacia brasileira a manifestar-se, quando as miss3es de Barbacena

e Itabaiana lutarão em Londres para conseguir o reconhecimento da Independência" (30).

Ao estudarmos o Tratado de Madri teremos ampla ocasião de estudar os dois outros grandes aspectos que caracterizam a personalidade de Alexandre de Gusmão: o precursor do pan-americanismo e o fundador da teoria, no direito internacional, do *uti possidetis*.

No mesmo ano em que triunfara o seu tratado, morria dom João V. Com a subida de dom José ao trono, tomava o poder a figura inesquecível do Marquês de Pombal. O choque entre o novo ministro e Alexandre de Gusmão deu-se logo e este último teve que abandonar o serviço público. Pombal, estadista de envergadura, era animado, porém, de ódios implacáveis. Graças à sua atuação, foi anulada a obra existente de Gusmão, o qual encontrou-se pouco depois na penúria, e, até, alvo da sátira: "Quem merece a Inquisição? — Gusmão".

E' atacado por todos os bajuladores ignorantes e até por homens francos, desconhecedores porém dos assuntos que elle tratara, como se deu com o General Antonio Pedro de Vasconcellos a quem Alexandre respondeu magistralmente.

Apesar dos ataques insiste na applicação do tratado que elle redigira, que criara, e escreve protestando contra a demora na execução do mesmo, aproveitando para relembrar os serviços à Coroa e a injustiça dos últimos dias.

30 — *Os Sete Povos das Missões e o Tratado de Madri*.
RENATO DE MENDONÇA.

Em 1752, um incêndio devora a sua casa, matando-lhe a esposa e consumindo a sua biblioteca. Gusmão não resiste a este último golpe do destino e falece a 30 de dezembro de 1753, desiludido e magoado.

"Depois de servir D. João V como seu secretário particular nove anos, Alexandre de Gusmão morreu tão pobre que seu espólio não chegou para pagar-lhe as dívidas" (31).

Falecera aos 58 anos aquêle a respeito de quem o Conde de Baschi escrevia a seu govêrno, em 8 de janeiro de 1754, as seguintes palavras:

"Le Portugal vient de faire une perte considérable dans la personne de Mr. Gusman qui mourût dimanche 30 décembre d'une attaque de goutte remoutée. C'était peut être l'homme du Royaume qui avait le plus de génie; il en suivait peut être quelques fois trop les impulsions qui le poussaient au delà des bornes mais il était doué d'une grande mémoire, d'une éloquence naturelle et, surtout, d'une clarté peu commune dans tout ce qu'il voulait expliquer. Le feu Roi en faisant grand cas, celui-ci n'en faisait guère moins; mais après la mort de Jean Cinq il avait continué d'être trop lié avec l'Infant Dom Pedro, ce qui peut bien lui avoir coûté la place de Secrétaire d'État ... Lui seul était bien au fait des affaires de Rome avec cette cour; et, ce qui est bien plus essentiel, de celles du Brésil dont il était originaire, et de ce qui concerne la Colonie, les cessions Espagnoles" (32).

31 — CAMILO CASTELO BRANCO. Obra citada.

32 — JAIME CORTESÃO. Obra Citada.

III — O TRATADO DE MADRI

COMO já tivemos ocasião de ver, a questão de limites entre as possessões portuguezas e espanholas na América era, há muito, um ponto nevrálgico nas relações entre os dois países e se tinha tornado por diversas vezes um *casus belli*.

Entretanto, o caso não tinha sido ignorado; conforme Alexandre de Gusmão lembra, na sua "Exposição de Serviços a el Rei D. João V", em 1749, este problema fôra confiado nada menos de que a oito diplomatas portuguezes, encarregados sucessivamente de o solucionar. Foram êles, Pedro de Vasconcellos, Embaixador em Madri (1715-1718); Manuel de Siqueira, Encarregado das "dependências" (1718-1719); D. Luis da Cunha, Embaixador (1719-1720); Antônio Guedes Pereira, Enviado Extraordinário (1720-1727); José da Cunha Brochado, Enviado Extraordinário (maio a dezembro de 1725); Marquês de Abrantes, Embaixador Extraordinário (1722-1729); e, finalmente, Pedro Alvares Cabral, Ministro Plenipotenciário (1729-1731).

Êsses diplomatas, que malograram nas negociações, defendiam o ponto de vista que a Coroa portuguesa empenhou-se em manter até 1746, o qual considerava como condição "*sine qua non*" de qualquer

acôrdo a conservação, por Portugal, da Colônia do Sacramento e terras circunvizinhas.

A repetição dos fracassos diplomáticos não desanimou D. João V que considerava os limites do Brasil como a questão mais importante na política externa de Portugal — aquela que deveria ser resolvida definitivamente.

O momento para uma negociação feliz parecia ter chegado. Ao morrer Felipe V, Fernando VI subiu ao trono a 9 de julho de 1746. Casado com a Infanta D. Maria Bárbara de Portugal, o novo rei seguiu cegamente os conselhos de sua esposa. Logo que se iniciou o reinado de Felipe V a influência da filha de D. João V positivou-se na imediata melhoria das relações entre as duas côrtes.

Além dêste fenômeno, influenciou também o início feliz das novas negociações o fato de se encontrarem os dois países como que fatigados pelas repetidas complicações surgidas em redor dos limites entre as suas possessões da América do Sul.

Aproveitaram as duas côrtes essa harmonia para encarar francamente o problema e procurar solucionar definitivamente as divergências existentes. Tornava-se realmente indispensável resolver de uma vez essa questão secular.

Devido à importância que a solução final dessas negociações teria para as populações da América, os "pourparlers" iniciaram-se com segredo e cautela. Aplicando as resoluções do acôrdo de 1737, os dois países nomearam seus embaixadores. A Espanha designou o seu Ministro dos Negócios estrangeiros, dom José Car-

bajal y Lancaster, a quem caberia a delicada missão de recuperar as terras perdidas durante a fraca administração dos Reis da Casa d'Áustria. Por parte de Portugal, o mestre de campo General Tomás da Silva Telles, Visconde de Vila Nova de Cerveira, deveria justificar e defender as ocupações territoriais das bandeiras e legitimar suas conquistas.

Atrás de Silva Telles, Alexandre de Gusmão ia manobrar, de Lisboa, as negociações. Nenhuma outra missão seria capaz de empolgá-lo como essa. Oferecia-se a Gusmão a oportunidade de defender a sua pátria, e, para tal fim, era o único que possuía reais conhecimentos da história, da geografia, e da economia do Brasil, bem como da psicologia das novas populações adestradas em lutas contínuas. Estava também a par da maravilhosa epopéia das bandeiras e avaliava no seu justo valor as possibilidades futuras das conquistas que haviam triplicado o patrimônio americano de Portugal.

"Foi um presente do destino para Portugal, sobretudo para o Brasil, que em semelhante conjuntura histórica surgisse ali o intérprete da verdade internacional da América, sujeita ainda às peias e contingências do colonialismo. Alexandre de Gusmão apareceu como o homem único na hora única" (33).

Tomando o contra-pé da defesa de seus antecessores, Alexandre de Gusmão fixou como diretriz essencial das negociações a cessão da Colônia do Sacramento e do Território em troca de compensações fundamentais.

33 — MIGUEL M. DE ARAUJO. Obra citada.

Esta mudança, que abandonava tão disputada Colônia, foi depois o objeto dos ataques desferidos a Gusmão por aquêles que não possuíam a sua visão e compreensão de geografia econômica. Ele sempre seguira atentamente os acontecimentos no Brasil, e para um geógrafo de sua classe, a expansão luso-brasileira para o Oeste era um fato positivo: "surgira uma nova realidade geográfica e econômica formada pelos imensos territórios de Goiás e Mato Grosso, a oeste; as ligações de São Paulo com o Paraná para a exploração de suas minas; as riquezas pecuárias do Rio Grande do Sul; os vales dos rios Negro, Branco e Japurá" (34). As bandeiras tinham então ocupado Mato Grosso onde a organização administrativa realizava-se rapidamente; o Rio Grande do Sul estava sendo colonizado; o planalto central estava ocupado até a curva do rio Madeira; o Jauru e o Guaporé estavam ligados e existia uma comunicação permanente entre os dois Estados do Brasil e do Maranhão-Pará.

Mas somente Gusmão avaliava a importância do novo território, Gusmão que trabalhava sobre os mapas e as informações recebidas dos Governadores, das missões carmelitas e de todo e qualquer funcionário que lhe pudesse mandar algo de positivo. Comparando as possibilidades de tão vasto território com as da pequena e isolada praça da Colônia, Alexandre de Gusmão não vacilou em sugerir a troca do primeiro pela segunda, cuja conservação seria sempre considerada por

Espanha como uma ameaça à sua soberania no vale do Prata.

De Lisboa, Gusmão bombardeava o Embaixador português com sucessivas cartas, minutas e propostas. Para poder pôr em obra o seu plano, recorreu Gusmão à cláusula do Tratado de Utrecht, de 1715, segundo a qual "a Coroa de Espanha poderia propor a troca da Colônia por qualquer compensação territorial".

"Com todos esses elementos em mão, traçou ele o seu plano: rios e vertentes serviriam de fronteira para, à sombra deste princípio, estender a soberania portuguesa a vastidões totalmente ignoradas pelos espanhóis" (35).

Para referir-se às razões que motivaram as negociações por parte de Madri, e à tática empregada por Gusmão para enfrentá-las, devo deixar a palavra ao professor Jaime Cortesão que, no seu curso de Mapoteconomia, realizado no Curso Rio-Branco no ano de 1948, deu um relato único e completo, baseado em documentos até então ignorados ou desconhecidos.

As razões espanholas eram inspiradas por motivos de ordem externa, ou diplomáticas, e por outras de ordem interna, ou de geografia política.

Ficamos cientes das primeiras razões pelo "Informe sobre as negociações para o tratado de limites" fornecido pelo Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros ao Ministro Ricardo Well, em 1754. Os dois objetivos eram de firmar um pacto de segurança recíproca entre Espanha e Portugal contra

35 — JAIME CORTESÃO. Curso citado.

as potências estrangeiras que atacavam as duas nações; e de sabotar a aliança luso-inglesa que era uma ameaça constante do poderio inglês contra a Espanha.

Quanto às razões de ordem interna e de geografia política, eram três. Primeiro, pôr um dique à vertiginosa expansão portuguesa, às "usurpaciones de soberania" dos luso-brasileiros; segundo, possuir completamente o estuário do Prata; enfim, realizar, na América Meridional, o mesmo equilíbrio e delimitação de soberania, proposta pelo Governo português, aproveitando para isso as duas grandes balizas naturais do Amazonas e do Prata.

Gusmão, como vimos, já calculara a importância enorme que traria a unificação dos Estados do Brasil e do Maranhão. A tática que ele empregou consistiu em fazer voltar contra os espanhóis o Tratado de Tordesilhas. As Molucas, reconhecidamente portuguesas, motivariam a restituição da soma de 350.000 ducados pagas na Escritura de Saragoça, em 1529 (III). As Filipinas deveriam ser devolvidas a Portugal e, enfim, a Colônia do Sacramento, definitivamente incluída pelo Tratado de Utrecht nas possessões de Portugal, permaneceria sua.

A arte de Gusmão foi, pois, de convencer a Espanha de que a restituição dessas conquistas seria muito superior ao valor das terras ocupadas pelos luso-brasileiros a Oeste do meridiano de 1494.

Propunha então uma base de equilíbrio que pudesse satisfazer a ambos os países. Havia que tomar um novo fundamento para o Tratado de limites: dar à ocupação real da terra o valor da propriedade; a pos-

se, o elemento étnico-político caracterizariam o justo domínio: o *uti-possidetis*; e traçar os limites pelas divisões naturais, "as balizas mais conspícuas e notáveis dos montes ou rios grandes" (36).

A grande vantagem de Alexandre de Gusmão, para convencer os espanhóis da necessidade de criar essa nova base de equilíbrio foi a supremacia de sua cultura em geografia e história. A prova dessa supremacia foi a aceitação, pelos espanhóis, do "Mapa das Côrtes" (IX) como base cartográfica das negociações.

Esse famoso mapa, conforme esclarece a carta de Marco Antônio de Azeredo Coutinho, foi confeccionado com as seguintes fontes geográficas: "para as regiões do Brasil meridional, a carta do Padre Diogo Soares; para as terras espanholas da bacia do Prata, a carta de Danville, em 1733, tirada do tomo XXI da "Lettres édifiantes", traçada sobre os mapas dos jesuítas espanhóis no Paraguai, mas muito melhorada pelo geógrafo francês; para a região desde o Paraná até Cuiabá um mapa remetido por Gomes Freire de Andrade; para o vale do Guaporé, as relações e riscos de alguns mineiros de Mato Grosso; para o Madeira e o Tapajós, os mapas e relações enviadas do Pará; e, para o Amazonas, o mapa de La Condamine, corrigido no que se refere ao Vale do Rio Negro segundo as informações prestadas pelo carmelita frei André da Piedade".

A 13 de janeiro de 1750 era assinado em Madri pelo Visconde Tomás da Silva Teles, por parte de "El

36 — Carta de Marco Antônio de Azeredo Coutinho, de 16 de maio de 1749, ao Visconde Vila Nova de Cerveira.

Rei Fidelíssimo" de Portugal e dom José de Carbajal y Lancaster, por parte de "El Rei Católico" de Espanha o "Tratado de Limites das conquistas entre os muito altos e poderosos senhores Dom João V, Rey de Portugal, e Dom Fernando VI, Rey de Espanha".

A característica da atitude dos dois países, ao firmarem tal tratado, é a de uma sorte de "*mea culpa*" comum. Ambos reconheciam ter violado o meridiano de Tordesilhas e estavam de acôrdo em abolir a vigência do mesmo, uma vez que o tratado em aprêço não declarava de qual das ilhas se havia de começar a contar as 370 léguas.

Não podemos deixar de estudar detidamente ao menos o Preâmbulo e os artigos mais importantes deste "extraordinário documento internacional que, apesar de não ter tido senão uma vida efêmera, pode ser considerado como a Carta política da América latina" (37).

Com o Preâmbulo deste Tratado veremos Guzmão aplicar no campo internacional o antigo instituto do direito romano, o "*uti possidetis*". Mas, antes de chegarmos a êsse ponto, vejamos como, neste mesmo Preâmbulo, está patente o espírito de tolerância e de concessão comum às duas partes contratantes, o anseio de estabilizar a paz e projetá-la para o futuro" (38).

Começa o Preâmbulo por declarar que os dois monarcas, "desejando eficazmente consolidar e estreitar

37 — RODRIGO OCTAVIO. Obra citada, pág. 10.

38 — ALVARO LINS. Obra citada, pág. 277.

a sincera e cordial amizade que entre si professam . . . resolveram examinar as razões e dúvidas que se offerecessem por ambas as partes, e, à vista delas, concluir o ajuste com recíproca satisfação e conveniência”.

A seguir, são expostas as dúvidas e razões que motivam o tratado.

ALEXANDRE DE GUSMÃO E O TRATADO
DE 1750

PORTUGAL alegava que a Espanha ocupara, na extremidade asiática do Mar do Sul, um espaço muito superior ao que os portugueses conquistaram na América do Sul; acusava, com razão, a violação completa, pela Espanha, da Escritura de Saragoça pela qual, em 1529, eram cedidos a Portugal "todos os direitos que (Espanha) por ventura pudesse ter ao ocidente do Meridiano das Ilhas Marianas" e que "as terras descobertas nesta região seriam portuguesas, mesmo que o fôsem por espanhóis". Baseando-se nesta escritura, Portugal contestava a ocupação das Filipinas. Enfim, no que tocava à Colônia de Sacramento, Portugal protestava contra o não cumprimento, por parte do Governador de Buenos Aires, do artigo VI do Tratado de Paz de Utrecht, de 6 de fevereiro de 1715, que cedia essa praça a Portugal.

Por sua vez, alegava Espanha a penetração portuguesa pelo Amazonas até a boca do Javari e, também, o avanço em Mato Grosso até Cuiabá, nos domínios de sua propriedade. Quanto à Colônia de Sacramento, contestava que fôsse propriedade de Portugal, demonstrando, com mapas, achar-se a mesma ao Poente da Linha de demarcação.

Uma vez expostos os motivos de divergência, os dois monarcas "resolveram pôr termo às disputas passadas e futuras, e esquecer-se, e não usar de tôdas as ações e direitos, que possam pertencer-lhes em virtude dos Tratados de Tordesilhas, Lisboa, Utrecht e da Escriitura de Saragoça . . . e querem que adiante não se trate mais dêles".

Este é outro aspecto importantíssimo do Preâmbulo, já que tal declaração anula definitivamente tudo que fôra tentado no passado para resolver a questão das fronteiras das colônias na América.

A seguir os dois monarcas expõem os dois objetivos do tratado. "O primeiro é mais principal, que se assinalem os Limites dos dois Domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas . . .; o segundo, que cada parte há de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão".

Chegamos aqui à norma mais importante e mais revolucionária do tratado; "a transferência para o direito público da aplicação, até então reservada ao direito privado, do princípio do *uti possidetis*" (39). Ao estabelecer êsse princípio, Alexandre de Gusmão sugeriu a doutrina que o Brasil adotaria na defesa de suas fronteiras, aquela que Rio-Branco faria triunfar em julgamentos internacionais, continuando, com mais de um século de intervalo, a obra de engrandecimento do Brasil.

39 — RODRIGO OCTAVIO, Obra citada, pág. 40.

Ao fazer triunfar esse princípio, o paulista Alexandre de Gusmão veio legitimar as conquistas imensas feitas pelas bandeiras. São Paulo dera os desbravadores e, também, o homem que conseguiria o reconhecimento oficial de sua obra.

Estas são, pois, as três grandes características do Preâmbulo: abolição do Tratado de Tordesilhas e demais pactos; delimitação das fronteiras seguindo paragens conhecidas; e aplicação do *uti possidetis*.

"O *uti possidetis* dava-nos, já naquela época, o imenso domínio ocidental a que tinham chegado os brasileiros" (40).

Esta exposição justificativa foi, na opinião de Rodrigo Octavio, "um dos documentos mais notáveis da história diplomática do mundo, e no qual a razão de Estado foi propositadamente posta de lado a fim de facilitar condições de interesse geral" (41).

O artigo I, confirmando o exposto no Preâmbulo, declara abolidos os direitos baseados nas disposições da bula de Alexandre VI, e dos tratados de Tordesilhas, de Lisboa e de Utrecht, bem como da Escritura de Saragoça.

As ilhas Filipinas, de acordo com o art. II, ficam pertencentes "para sempre, sem embargo de qualquer pretensão, que possa alegar-se por parte da Coroa de Portugal" à coroa espanhola; enquanto que, pelo artigo III Portugal torna-se dono de "tudo o que tem ocupado pelo rio Amazonas, ou Maranhão acima . . .

40 — JOÃO RIBEIRO. Obra citada, pág. 16.

41 — RODRIGO OCTAVIO. Obra citada, págs. 16 e 17.

como também o que tem occupado no distrito de Mato Grosso".

Tornar-se-ia um pouco monótono comentar as disposições dos artigos seguintes, que demarcam os limites dos dois domínios; mas não podemos deixar entretanto de resumir o resultado a que chegaram essas normas.

A fronteira começaria no Oceano, na barra do regato que deságua ao pé do monte Castilhos; seguiria a divisão das águas, ficando a bacia de Leste, a da lagoa Mirim, portugêsa, e a do Oeste, a do rio Uruguai, espanhola. Dali, iria até as cabeceiras dos rios Negro e Ibicuí, descendo pelo álveo dêste à margem oriental do rio Uruguai, sendo lusas as terras do norte e castelhanas as do sul. Da barra do Uruguai, a linha continuaria pelo álveo do caudal até a barra do Pepiri, subindo por êste até a sua origem, e, pelos altos do terreno, até a cabeceira principal do rio mais vizinho, afluente do Rio Grande de Curutiba, o Iguaçu. Desceria o curso do mesmo até o rio Paraná, cujo curso seguiria, águas acima, até a barra do Iguaré. Seguido o curso dêste rio e o alto das terras, a fronteira alcançaria a cabeceira principal do rio mais próximo que desaguisse no rio Paraguai; por êste desceria ao Paraguai, buscaria os pântanos, ou lagos de Xaralés, e após atravessá-los, remontaria até a foz do rio Jauru. Dêste ponto, seguiria em linha reta até a margem austral do Guaporé, frente à barra do rio Sararé, baixando pelo rio Guaporé até o Mamoré, e, por êste, ao Madeira; seguiria então por êste afluente do Amazonas até um ponto situado a meia distância entre êste rio e a foz do Mamoré. Des-

se ponto, um paralelo geográfico dividiria as possessões respectivas até a margem oriental do rio Javari, cujo álveo continuaria o discrime até o Amazonas. Seguiria águas acima dêste e dos rios afluentes que mais se approximassem do rumo do norte, até alcançar a cordilheira do Norte; entre os rios Orinoco e Amazonas, a linha protegia os estabelecimentos portugueses no rio Negro, impedindo uma possível invasão portuguesa no Orinoco.

Este, como o menciona Rio-Branco, é o "primeiro acôrdo de limites entre as duas Coroas em que figura o rio Pepiri ou Pequiri" (42).

Pelo artigo XIII, "Sua Majestade Fidelíssima em seu Nome, e de seus Herdeiros, e Sucessores, cede para sempre à Coroa de Espanha a Colônia do Sacramento e todo o seu Território adjacente a ela, na margem setentrional do rio da Prata ... como também a navegação do mesmo rio da Prata, a qual pertencerá inteiramente à Coroa de Espanha"; especificando-se, no artigo XV, que a praça seria entregue "sem tirar dela mais que a Artilheria, Armas, Pólvora e Munições, e Embarcações do serviço da mesma praça". Os habitantes ficariam livres de ali ficar ou de retirar-se para os domínios portugueses com os seus bens móveis.

Por sua vez, pelo artigo XIV, Espanha entregava a Portugal "tudo que ... pelos presentes Artigos se declara pertencente a Portugal, desde Monte de Castilhos grande e Costa do Mar, até a cabeceira, e origem principal do rio Ibicuí, e também" cede os demais ter-

42 — BARÃO DO RIO BRANCO. Obra citada, pág. 20.

ritórios que abrangem as regiões do Amazonas, da margem oriental do Guaporé e dos chamados Sete povos das Missões. O artigo XVI estabelecia que, das povoações cedidas na margem oriental do Uruguai, sairiam "os Missionários com todos os móveis e efeitos, levando consigo os Índios para os aldear em outras terras de Espanha".

Os quatro artigos seguintes lidavam com o equilíbrio das nações européias.

Chegamos, então, ao famoso artigo XXI, no qual Alexandre de Gusmão, antes de Bolívar e de Monroe, lança a primeira afirmação do pan-americanismo.

"O artido 21 do Tratado de Madri fundamenta evidentemente o princípio da solidariedade continental e o alheamento das lutas européias que, nos séculos coloniais, provocaram tantos mal-entendidos e encontros sangrentos entre espanhóis e portugueses" (43).

Eis, na íntegra, o famoso artigo, onde se encontram claramente definidos os princípios generosos de uma alta política internacional:

"Sendo a guerra ocasião principal dos abusos, e motivo de se alterarem as regras mais bem concertadas, querem Suas Majestades Fidelíssimas, e Católica, que se (e que Deus não permita) se chegasse a romper entre as duas Coroas, se mantenham em paz os Vasallos de ambos, estabelecidos em tôda a América Meridional, vivendo uns e outros como se não houvera tal guerra entre os Soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós, nem juntos com os seus

43 — ARGEU GUIMARÃES. Obra citada, pág. 216.

Aliados. E os motores e cabos de qualquer invasão, por leve que seja, serão castigados com pena de morte irremissível; e qualquer prisão que fizerem, será restituída de boa fé, e inteiramente. E assim mesmo, nenhuma das duas nações permitirá, o cômodo de seus Portos, e menos o trânsito pelos seus territórios da América Meridional, aos inimigos da outra, quando intentem aproveitar-se dêles para hostilizá-la; ainda que fôsse em tempo que as duas Nações tivessem entre si guerra em outra região. A dita continuação de perpétua paz, e boa vizinhança, não terá só lugar nas terras, e Ilhas da América Meridional, entre os Súditos confiantes das duas Monarquias, senão também nos Rios, Portos e Costas, e no mar Oceano, desde a altura da extremidade Austral da Ilha de Santo Antão, uma das de Cabo Verde, para a parte do Sul; e desde o Meridiano, que passa pela sua extremidade Ocidental para a parte do Poente: de sorte que a nenhum Navio de guerra, Corsário, ou outra embarcação de uma das duas coroas seja lícito dentro dos ditos Têrmos em nenhum tempo atacar, insultar, ou fazer o mínimo prejuízo aos Navios, e súditos da outra; e de qualquer atentado, que em contrário se cometa, se dará pronta satisfação, restituindo-se inteiramente o que acaso se tivesse apreendido, e castigando-se severamente os transgressores. Outrossim, nem uma das duas Nações admitirá nos seus Portos, e terras da dita América Meridional, Navios ou Comerciantes, amigos ou neutrais, sabendo que levam intento de introduzir o seu comércio nas terras da outra, e de quebrantar as Leis, com que os dois Monarcas governam aquêles Domínios. E para

a pontual observância de tudo o expressado neste Artigo, se farão por ambas as Côrtes os mais eficazes encargos aos seus respectivos Governadores, Comandantes, e Justiças; bem entendido, que ainda em caso (que não se espera) que haja algum incidente, ou descuido, contra o prometido e estipulado neste Artigo, não servirá isso de prejuízo à observância perpétua, inviolável de tudo o mais que pelo presente Tratado fica regulado".

Esta é, pois, a obra do gênio de Gusmão, aquela que marca o mais alto padrão da sua fama. Faz do grande colonizador, do grande geógrafo, do grande jurista, o verdadeiro fundador do pan-americanismo que mais tarde se cristalizaria na famosa mensagem lançada por Monroe.

Os demais artigos do tratado expõem as regras para o levantamento das fronteiras; para a nomeação dos Comissários "encarregados de visitar a raia e ajustar as paragens por onde devia correr a demarcação;" fixa o dia em que se realizariam "as mútuas entregas da Colônia do Sacramento com o Território adjacente, e das Terras e Povoações compreendidas na cessão que faz Sua Majestade Católica na margem oriental do rio Uruguai"; declaram que as cessões não representam equivalências, senão o que se reputava justo e conveniente a ambas as partes"; fixam o prazo de um ano para a troca das cessões; regulam as fortificações e estabelecem os lugares onde as mesmas não poderão ser erigidas.

Este Tratado, que foi ratificado por Portugal a 26 de janeiro e por Espanha a 8 de fevereiro de 1750,

"ha sido indubitavelmente el tratado más propio para se establecer una sólida y durable armonia entre las dos coronas" (44).

Ao acabarmos de estudar esta obra, cujos esquema e coordenação são de Alexandre de Gusmão, não podemos deixar de admirar a sabedoria imensa, a visão clara de um futuro brilhante, do homem que num só documento trabalhou tanto a favor do Brasil e das Américas; daquele que, há duzentos anos, aplicou os princípios da mais moderna geopolítica dos nossos dias, quando concebeu uma esfera de influência amazônica e outra de influência platina.

Além de instituir princípios novos, o "Tratado de 1750 consignava, pois, no seu todo, e com pequenas e insignificantes diferenças, a configuração atual do Brasil; pode-se afirmar que a formação territorial do país, na sua total expansão data desta era" (45).

Robert Southey, em sua História do Brasil, achava que "a linguagem e o teor deste memorável tratado estão dando testemunho da sinceridade e boas intenções das duas côrtes. Parecem na verdade os dois soberanos contratantes ter-se adiantado ao seu século. Procederam com uma lealdade, que quase pode considerar-se coisa nova na diplomacia, e tentando estabelecer perpétua paz nas suas colônias ... puseram um exemplo digno de recordar-se como meio praticável de minorizar os males de guerra" (46); o barão do

44 — *Tratados, Convenios...* ALEJANDO DEL CAUTILLO.

45 — *História do Brasil*. JOÃO RIBEIRO, pág. 369.

46 — *História do Brasil*. ROBERT SOUTHEY. Tomo VI, páginas 8 e 9.

Rio-Branco, por sua vez, opinava que "o estudo do Tratado de 1750 deixa a mais viva e grata impressão da boa fé, lealdade e grandeza de vistas que inspiraram êsse ajuste amigável de antigas e mesquinhas querelas, consultando-se unicamente os princípios superiores da razão e da justiça e as conveniências da paz e da civilização na América" (47).

47 — *Exposição ao Presidente Cleveland*, BARÃO DO RIO BRANCO, Volume II, pág. 24.

FRONTEIRAS DO SUL ATE' A SOLUÇÃO FINAL

N o mesmo ano em que triunfava o tratado idealizado por Alexandre de Gusmão, morria o seu preconizador Dom João V.

Logo que foi divulgado, o Tratado de Madri começou a ser combatido; em Madri, pelos que começavam a avaliar o lucro enorme de Portugal; em Lisboa pelos que não viram as enormes vantagens que a nova fronteira trazia para o Brasil.

Aquêle que fôra o Governador da Colônia do Sacramento, e seu defensor durante os anos de 1735 a 1737, o Brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcellos, foi quem, em Lisboa, chefiou a oposição ao Tratado, atacando violentamente a cláusula que cedia a Colônia

Ao espírito liberal e largo, de tamanha visão política de Alexandre de Gusmão, sucedia o ânimo estreito, suspeito, cheio de preconceitos do novo Ministro de Dom José, Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal. O novo Ministro tornara-se imediato opositor da política de Gusmão.

Tal fato não o impediu, entretanto, de opor-se com ardor às críticas de Pombal. Defendendo o Tratado de Madri, Gusmão publicou a sua famosa "Res-

posta e reflexões do Autor contra o que escreveu Antonio Pedro de Vasconcellos, que havia sido Governador da Colônia do Sacramento, a respeito dos Tratados dos Limites d'América".

Nesta famosa carta, desculpa desde logo a posição de Vasconcellos, explicável pelo "amor que tinha criado a uma praça, que governou com tanto louvor e defendeu com tanto acôrdo e valentia". A seguir, afirmando que "não é menos o afeto que tem a bem da monarquia do que aquêle que V. S. tem à colônia", pede vênia para defender o seu ponto de vista, respondendo item por item às acusações levantadas pelo Brigadeiro Pedro de Vasconcellos.

À afirmação de que a cessão da Colônia "entregava as chaves de nossas minas" à Espanha, pondera Gusmão que essa praça dista de Minas Gerais 700 léguas e que as fortificações a serem erguidas em São Miguel seriam suficientes para repelir qualquer tentativa de invasão. Acrescenta que com a entrega de Sacramento terminará o contrabando que ali se realizava apesar de ter sido proibido pelo Tratado de Paz de 1681 e pelo de Utrecht.

A seguir, estranha a afirmação de ser Colônia uma praça de grande valor para Portugal: "O país que cedemos é o território da Colônia, que nos tocava pelo Tratado de Utrecht, não há dúvida que nos poderia ser proveitoso se os espanhóis no-lo entregassem; porém estando êles de posse e mui alheios de quererem largá-lo, como experimentamos em mais de vinte anos de inconsistências e negociações baldadas, não sei como

se verifique a nosso respeito a qualidade de "mui útil" que V. S. dá àquêlê território".

A seguir compara as vantagens entre o território cedido no Uruguai, que "desfrutaremos com sossego" e que dará ao Brasil "um fundo grande quando não possuíssemos mais que uma língua de terra", com aquela praça encravada nos domínios espanhóis e a grande distância dos pontos dos quais dependia.

Chega então Gusmão ao "ponto principal da questão", aquêlê onde Pedro de Vasconcellos acusava os Espanhóis de terem violado a bula do Papa Alexandre VI, de 1494, os tratados de Tordesilhas, de Saragoça e o de Lisboa, de 6 de maio de 1681.

Refuta esta acusação: "quanto à América estou certo que em todo o grande fim dos confins dos nossos domínios se não poderá apontar um só palmo de terreno occupado pelos espanhóis ao ocidente da linha divisória". A seguir faz um breve resumo dos acontecimentos ocorridos no Sul e no Oeste, descreve os vastíssimos territórios occupados pelas bandeiras, os quaes provam positivamente que os espanhóis tinham fundamentos para chamar os portuguezes de usurpadores.

Assim, pois, tendo desmoronado com fatos positivos as acusações de Vasconcellos Gusmão pede-lhe: "Agora, considere V. S. que peso faz na balança o miserável presídio de colônia, com tôdas as vantagens que lhe queiram attribuir, em comparação de um país imenso, que se nos contestava, com minas copiosas de ouro e diamantes, e com os preciosos frutos de que vêm carregadas as frotas do Pará".

Refuta, com a mesma firmeza, as acusações de que o território espanhol aumentara imensamente com a aquisição do novo território, cuja superfície é ridiculamente pequena comparada à das terras ganhas pelo Brasil; e, quando Pedro de Vasconcellos toca na questão do Amazonas, Gusmão torna patente a completa ignorância daquele que criticava os seus atos:

"Destas palavras infiro que V. S. impugna o novo tratado por informações de ouvida. Se V. S. o tivesse visto, acharia nêle que do rio das Amazonas para o norte nos fica mais terreno do que importa o território da Colônia dez ou doze vêzes; e assim, se na opinião de V. S. devia ser o rio das Amazonas a nossa meta, veja V. S. quanto mais do que imagina fica estendido o domínio de Portugal pelo tratado dos limites?"

Não cabe, a uma defesa tão positiva, acrescentar um só comentário; mais uma vez os imensos conhecimentos do grande diplomata brasileiro mostram-se em todo seu esplendor, destruindo uma por uma as acusações do seu adversário; e, também mais uma vez, torna-se patente a elegância e a "fineza" do homem que aniquila o seu acusador com um tato e um respeito que raramente são encontrados.

Além desta resposta, escreveu Gusmão um Discurso "em que mostra os interesses que resultam a S. M. F. e a seus vassallos da execução do tratado de limites da Colônia do Sacramento, ajustado com S. M. Católica".

Neste manuscrito, Alexandre de Gusmão, que começava a sentir receios em vista da demora da exe-

cução do Tratado, advoga a rápida aplicação do mesmo e o defende contra os ataques de que já era alvo. Insiste no fato de que os espanhóis já se estavam dando conta das vantagens auferidas pelo Brasil; de que Madri está cada vez mais irritado com o contrabando, mais particularmente o de prata, que se vem desenvolvendo abertamente em Colônia.

Recorre às provas que desenvolverá mais devassadamente na sua "Resposta", tais como o absurdo da possível invasão das minas; a enorme superioridade do território adquirido por Portugal, e conclui: "Deus queira que o diferir-se a execução do tratado de limites não seja causa de que a corte de Madri informandose com o tempo do muito que a nosso favor se acha feita a transação e permutação, admita idéias menos conciliosas das que nos tem mostrado, e que valendo-se de outros recursos reclame o ajustado, deixando-nos, depois de uma tão laboriosa negociação sem uma nem outra cousa".

Apesar dessa insistência em apressar a aplicação do Tratado era muito vagarosamente que algumas providências iam sendo tomadas. Diversos tratados, regulando o de 1750, foram assinados: os de 17 de janeiro e 17 de abril de 1751; os de 24 de janeiro e 31 de julho de 1752, todos procurando "dispersar quaisquer dúvidas e esclarecer a inteligência das suas disposições" (48). A execução do tratado revelava-se difícil. Portugal cedia, mais ou menos sem relutância, a Colônia de

48 — *História do Brasil*, ROCHA POMBO, Volume III, página 557.

Sacramento; mas Espanha esbarrara com a recusa dos índios aldeados nas Missões, os quais não queriam deixar os seus lares.

A tarefa da demarcação revelou-se difícil e complexa sendo que as maiores dificuldades foram as referentes à transmigração dos índios aldeados nas missões jesuíticas.

"Sem cogitação de humanidade, o Tratado de 1750 reproduzira o antigo processo bárbaro das transplantações dos povos" (49). Ràpidamente, e ativado pelos jesuítas, o desespero dos índios tornou-se uma verdadeira insurreição. Armados e disciplinados pelos jesuítas, os Guaranis resistiram às ordens do Rei da Espanha. Começou então, em 1754, uma verdadeira guerra, para tomar posse do território das *Missões Orientais do Uruguai*, que terminou em Coaibaté, a 10 de fevereiro de 1756, quando os índios foram derrotados pelas forças de Buenos Aires e do Brasil comandadas por Andonaegui e Gomes Freire de Andrade.

Convém notar, de passagem, que foi tal a resistência suportada e dirigida pelos jesuítas, que motivou a expulsão dos mesmos de Portugal em 1759.

Mal terminaram as hostilidades com os Guaranis, espanhóis e brasileiros encontravam-se novamente como adversários, já que o *Pacto da família* fizera romper hostilidades entre as duas coroas. Colônia caiu, a 30 de outubro de 1762, nas mãos dos espanhóis comandados por Ceballos que, também, apoderou-se das duas margens do Rio Grande do Sul.

49 — Colônia do Sacramento. CAPISTRANO DE ABREU.

Em 1753, abandonado e criticado, morria Gusmão, o gênio que criara um novo Brasil. Felizmente, ele não viveu para ver a sua obra anulada pelo Tratado assinado a 12 de fevereiro de 1761, no Prado, que, tornando sem efeito o de Madri, fazia novamente vigorar "todos os atos reguladores de fronteiras, a principiar pelo de Tordesilhas".

Quais as razões do fracasso do Tratado de 1750? Na opinião de Capistrano de Abreu, "de tão belas palavras e tão generosos sentimentos encontrava-se o germe mortal" (50) nos artigos XIV, XVI e XXIII, relativos à cessão e entrega dos territórios ocupados pelas missões dos jesuítas na margem oriental do rio Uruguai.

Pandiá Calógeras encontra grande parte da explicação do fracasso no fato de o tratado ter sido interpretado pelo ânimo estreito e suspeito de Pombal.

"No Tratado de Madri, o ambiente era de confiança, de sereno desejo de dirimir conflitos. Veio interpretá-lo e dar-lhe aplicação a mentalidade policial de quem o examinaria somente do ângulo das falhas a encontrar, da possibilidade de existência de ocultos desígnios de violência e conquista. Obra de luz investigada por inteligência de treva" (51).

A verdade, também, é que as condições da época foram um dos principais empecilhos à aplicação do tratado; faltavam os conhecimentos geográficos essenciais a uma definição exata da linha divisória.

50 — *Colônia do Sacramento*, CAPISTRANO DE ABREU.

51 — J. P. CALÓGERAS. Obra citada, pág. 212.

O Tratado assinado em Paris, a 10 de fevereiro de 1763, (VIII) punha fim à guerra de 7 anos. Em cumprimento do mesmo, "da colônia do Sacramento assim como do seu território, e da ilha de São Gabriel, fêz a Espanha realmente entrega aos comissários portuguezes". Apesar dessas disposições, os espanhóis não quiseram restituir o Rio Grande do Sul nem as ilhas de Martim Garcia e Dos Hermanos.

Portugal protestou, e, não obtendo satisfação, preparou a reconquista daquela região. Principiadas em 1767 as hostilidades, suspensas oficialmente em 1775, terminaram realmente em 1776, quando os brasileiros, comandados por Sá e Faria libertaram o Rio Grande. Mas, uma vitória trazia outra guerra; tropas eram mandadas da Espanha e, chefiadas por Ceballos, os castelhanos apoderaram-se da ilha de Santa Catarina, a 24 de fevereiro de 1777 e da Colônia do Sacramento a 2 de maio do mesmo ano. O General Pedro Ceballos arrasou a praça e deportou para Buenos Aires e para o Peru as famílias que ali viviam.

Com a morte de dom José I, que se deu a 24 de fevereiro de 1777, Pombal seguiu o destino que dera a Alexandre de Gusmão. Desaparecido este homem, o ambiente político suavizou-se imediatamente e as negociações para um novo tratado iniciaram-se entre os plenipotenciários de dona Maria I e D. Carlos III.

A 1.º de outubro de 1777 os dois monarcas assinavam em Santo Ildefonso o tratado preliminar de limites na América Meridional, sendo plenipotenciários, pela parte de S. M. Fidelíssima, D. Francisco Inocencio de Souza Coutinho, e pela de S. M. Católica, o Con-

de de Florida Blanca. Esse instrumento devia servir de base a outro, definitivo, de amizade a ser celebrado depois de feita a demarcação de fronteiras.

O novo tratado veio confirmar a sabedoria de Alexandre de Gusmão, já que era quase que uma repetição do convênio de 1750. Ratificavam-se os ajustes de 1668, de 1715 e 1713 e o conceito do *uti-possidetis* voltava a servir de base. A modificação principal do novo tratado era inteiramente desfavorável a Portugal, que não somente entregava Colônia, mas perdia as Missões Orientais do Uruguai e o território do norte de Castilhos.

Aceito pelos dois países, o tratado preliminar tornou-se definitivo no Prado, a 11 de março de 1778. Este pacto, como os demais, acabou caducando por não ter sido cumprido por causa da guerra que rebentou em 1801 entre Portugal e Espanha; o instrumento de paz de Badajoz, assinado aos 6 de junho de 1801, ignorou o problema.

O Império, por sua vez, não conseguiu resolver o litígio.

Foi no governo de Prudente de Moraes que veio triunfar, através do segundo Rio-Branco, a tese defendida por Gusmão, fixando definitivamente os limites entre o Brasil e a República Argentina. O laudo de Cleveland, Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, entregava a 5 de fevereiro de 1895, ao Brasil, o tão disputado território das Missões. Com o Tratado do Rio de Janeiro, de 4 de outubro de 1898, a linha divisória passava pelo Peperi-Guaçu e o Santo Antônio.

Com Rio-Branco, triunfava a obra daquele grande "brasileiro, que se fêz respeitado pela sua integridade, como pelo seu saber, a ponto de orientar a diplomacia lusitana de dom João V; logrou desvencilhá-la dos modos tradicionais em que se enfeixara, para lhe imprimir o cunho do novo continente. Entrava-lhe, sem dúvida, no sangue, a energia bandeirante que lhe inspirou a transplantação para o direito Internacional do instituto da posse, como elemento regulador das relações jurídicas, até então adstritas aos postulados das convenções inexequíveis. Pela força persuasiva de seus argumentos, Gusmão suplantou o misoneísmo da mentalidade contemporânea para inscrever, no Tratado de Madri, o princípio do *uti possidetis*, como meio regulador do destino dos territórios coloniais, que jamais se apagaria da história americana. E, maior ainda, preparou a sementeira de ideais americanos que viriam, pelo tempo afora, desabrochar em nobres concepções. O ideal americano, que madrugara na mente douda de Alexandre de Gusmão, recolheu, graças ao seu patrocínio, a chancela dos reis, cujos plenipotenciários o subcreveram, sem atinar porventura com o alcance da doutrina que, semeada em solo próprio, germinou, pujante. Toda a atividade diplomática referente ao Brasil girou, daí por diante, em torno desses marcos insculpidos pelo seu primeiro internacionalista" (52).

52 — ARGEU GUIMARÃES. Obra citada, pág. 217.

N O T A S

I — *Bula Inter-coetera* — Bula do Papa Alexandre VI, de 3-V-1493, que concedia aos Reis Católicos "tôdas e cada uma das sobreditas terras e ilhas assim desconhecidas e até hoje por vossos emissários achadas e a serem achadas para o futuro".

II — *Tratado de Tordesilhas* — Convenção assinada a 7-VI-1494, entre delegados espanhóis e portugueses, fixando nova linha de limites entre os domínios de Portugal e Espanha. Segundo o Tratado, a linha divisória não passaria mais a 100 léguas, porém a 370; não mais a Oeste, de qualquer das linhas dos Açores e Cabo-Verde, mas a Oeste da ilha mais ao poente do arquipélago de Cabo-Verde, deixando a Espanha tudo que ficasse ao Ocidente e a Portugal o que se contivesse no Oriente. O Papa Julio II sancionou este Tratado a 24-I-1506.

III — *Escritura de Saragoça* — Assinada a 22 de abril de 1529, firmava a compra, por Portugal, das ilhas Melucas e a transferência da linha de demarcação, na Oceania, para 17° a Este da posição que ocupava.

IV — *Tratado Provisorial de Lisboa* — Assinado em 1681, esse tratado tem em vista a Colônia do Sacramento, confirmando ambas as partes a sua posse pelos portugueses.

V — *Guerra de Sucessão* — A morte de Carlos II, que não deixou descendência, deflagrou a grande guerra que envolveu quase todos os Estados da Europa. Opondo-se à nomeação do duque de Anjou ao trono espanhol, constituiu-se em Haia a "Grande Aliança" formada pela Grã-Bretanha e a Holanda. Portugal defendeu a causa dos Bourbons em virtude do pacto

assinado a 8-VI-1701 com a França, mas denunciou esse pacto e incorporou-se à Grande Aliança. Esta guerra termina com o Tratado de Utrecht.

VI — *Tratado de Utrecht* — A França, a Espanha, a Inglaterra e a Holanda concluíram, em 1713, em Utrecht, um tratado que pôs fim à guerra de sucessão da Espanha. Felipe V ficava rei de Espanha, a França conservava sua integridade territorial, mas numerosas concessões marítimas eram feitas à Inglaterra que obtinha Gibraltar, Terra Nova. A Portugal eram restituídas as praças perdidas, e, na América, a Colônia do Sacramento.

VII — *Pacto da Família* — Tratado concebido por Choiseul, em 1761, entre a França, a Espanha e Nápoles, para resistir à potência naval inglesa.

VIII — *Tratado de Paris* — Foi assinado a 10-II-1763 entre a Grã-Bretanha de um lado e os membros do Pacto da Família de outro. Este tratado cedia à Grã-Bretanha o Canadá, da França, e Florida e Minorca, da Espanha.

IX — *O Mapa das Côrtes* — É ao esforço pesquisador do Barão do Rio-Branco que devemos a descoberta, no Depósito Geográfico do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Paris, de um dos dois exemplares manuscritos do chamado "Mapa das Côrtes."

O Barão revelou pela primeira vez o famoso mapa e explicou a sua história na "Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentam ao Presidente dos Estados Unidos da América", na questão de limites com a Argentina.

Nessa Exposição é assentada definitivamente a autoria portuguesa do manuscrito: "Parece que teve parte principal, além de Alexandre de Gusmão, o general Silva Paes, que nessa ocasião chegava ao Brasil, onde estivera quatorze anos, no Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento".

O mapa de 1749 foi feito em Lisboa, sob as vistas do Governo português, em duplicata. A 8 de fevereiro de 1749, este

mapa era remetido por Azeredo Coutinho para Madri, onde serviu de base na discussão final e redação definitiva do Tratado de 1750.

Esses dois exemplares tomaram o nome de "Mapas primitivos", já que posteriormente, em 1751, foram feitas três cópias em Lisboa e três em Madri, as quais deviam ser trocadas e entregues aos Comissários encarregados de demarcar a linha de fronteira.

Comprovando a afirmação de que o documento encontrado em Paris não é uma cópia, mas sim um dos dois originais de 1749, o Barão transcreve longos trechos da carta que o embaixador português, Visconde Tomás da Silva Telles, dirigiu a 24 de junho de 1751, ao novo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Carvalho e Mello, depois Marquês de Pombal, na qual se fala de três cópias idas nesse ano de Lisboa e das três, divergentes dos primeiros quanto à linha de fronteira no extremo sul.

Na presente data são conhecidos o mapa primitivo, de 1749, encontrado em Paris; uma das cópias portuguesas, feita em 1751, existente em Madri; o mapa reproduzido por Borges de Castro, no III^o volume da "Coleção de Tratados", que deve ser a reprodução duma das três cópias feitas em Madri, em 1751, e, finalmente, o mapa do Rio de Janeiro, que é uma cópia do mapa de Paris.

BIBLIOGRAFIA

- Alexandre de Gusmão* — Costa Rego — artigo no "Correio da Manhã". — 1950.
- Alexandre de Gusmão et le sentiment américain dans la Politique Internationale* — 2 conférences données dans les Universités de Paris et de Roma en avril 1930 — Rodrigo Octavio — Recueil Sirey — Paris, 1930.
- Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* — Jaime Cortesão — Parte II — Tomo II — Rio, Instituto Rio-Branco — 1950.
- Anais da Biblioteca Nacional* — Vols. 52 e 53 — 1938.
- Brasil Histórico* — A. J. de Mello Moraes — 1867 — Livraria do Povo — Rio de Janeiro.
- Capítulos da História Colonial* — Capistrano de Abreu — 3.^a edição, 1934, Rio.
- Collecção de Tratados* — Borges de Castro.
- Colecção de Vários Escritos inéditos políticos e literários de Alexandre de Gusmão* — Typografia de Paula Guimarães — Porto, 1841.
- A Cultura Brasileira* — Fernando de Azevedo — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Rio, 1943.
- Curso de Mapoteconomia* — Vol. 25 a 28 — VII e VIII — 1948 — Professor Jaime Cortesão.
- Dicionário Bio-bibliográfico brasileiro* — Argeu Guimarães — Rio, 1938.

- Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1922.
- Discurso em que Alexandre de Gusmão mostra os interesses que resultam a Sua Majestade Fidelíssima e a seus vassallos da execução do tratado de limites da colônia ao Sacramento, ajustado com Sua Majestade Católica* — O Panorama — 1843 — Vol. II, série 2 — Lisboa.
- Efemérides Brasileiras* — Obras do Barão do Rio-Branco — Vol. VI — Ministério das Relações Exteriores.
- Ensaio de História e Crítica* — A. G. de Araujo Jorge — Ministério das Relações Exteriores, 1948.
- Ensaio Histórico das relações diplomáticas e políticas entre a França e Portugal* — Leite Velho.
- As Fronteiras do Brasil* — Fernando Antonio Raja Gabaglia — Rio, 1916.
- Fronteiras do Brasil no Regime colonial* — José Carlos de Macedo Soares — José Olympio — 1939 — Rio de Janeiro.
- Fronteiras do Setor Sul* — Tenente Coronel Nery da Fonseca — Vol. I — Ed. Cruzeiro do Sul — 1935.
- A Fronteira do Sul* — J. Resende Silva — Rio — I. Nacional, 1922.
- História do Brasil* — Robert Southey — traduzido por Joaquim de Oliveira — Livraria Garnier — Rio, 1862.
- História do Brasil* — Barão do Rio Branco — tipografia São Benedicto — Rio, 1930.
- História do Brasil* — José Francisco da Rocha Pombo-Benjamin de Agulla — Rio.
- História do Brasil* — João Ribeiro — Ed. Francisco Alves — Rio, 1912.
- História da Civilização brasileira* — Pedro Calmon — Cia. Editora Nacional — 1935 — São Paulo.
- História Breve de Portugal* — Ceetano Beirão — Editorial Logos — Lisboa — 1946.
- The History of America* — William Robertson — Londres, 1796.

- As Nossas Fronteiras* — João Ribeiro — Rio, 1930.
- Perfil do Marquês de Pombal* — Camilo Castello Branco — 4.^a edição — 1936 — Livraria Civilização — Porto.
- A Política exterior do Império* — I — As Origens — João Pandiá Calogeras — Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro — Tomo especial — Rio de Janeiro, 1927.
- Questão de limites* — Obras do Barão do Rio-Branco — volume I — Ministério das Relações Exteriores — Rio, 1945.
- Relação do Sítio que o governador de Buenos Aires pôs no ano de 1735 à Praça da Nova Colônia do Sacramento...* — Lisboa — 1748 — Francisco Luiz Ameno.
- Rio-Branco* — Alvaro Lins — José Olympio — 1945 — Vol. I.
- Rio-Branco e a Política exterior do Brasil* — Dunshee de Abranches — "Jornal do Brasil" — Rio, 1945.
- Segundo Centenário do Tratado de Madri* — Conferência do General E. Leitão de Carvalho. "Jornal do Comércio" — 16-IV-1950.
- Os Sete Povos das Missões e o Tratado de Madri* — Renato de Mendonça — 1940.
- Sobre a Colônia do Sacramento* — Capistrano de Abreu — Tipografia Leuzinger — Rio, 1900.
- Tratado de Limites das Conquistas entre João V, Rey de Portugal, e D. Fernando VI, Rey de Espanha, Pelo Qual Abolida a demarcação da Linha Meridiana, ajustada no Tratado de Tordesilhas de 7-VI-1494, se determina individualmente a Raya dos Domínios de huma e outra Coroa na America Meridional* — Ed. Joseph da Costa Coimbra — Lisboa, 1733.
- Tratado de Limites de 1777; trabalhos demarcatórios do Chui ao Guaporé* — Virgílio Correa Filho.
- Tratado de Madrid* — B. Aires, Imprenta del Estado, 1835.
- Da Vida e Feitos de Alexandre de Gusmão e de Bartolomeu Lourenço de Gusmão* — Visconde de São Leopoldo — Artigo extraído das atas do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, da sessão de 13-III-1841.

OS CADERNOS DE CULTURA

DIREÇÃO DE JOSÉ SIMÃO LEAL

A máscara no culto, no Teatro e na tradição	José Jansen
José Lins do Rêgo	Alvaro Lins, Carpeaux e Thompson
Escola de Tradutores	Paulo Ronai
Viola de Balsa	Carlos Drummond de Andrade
Arquitetura Brasileira	Lúcio Costa
Considerações sobre Arte Contemporânea	Lúcio Costa
Forma e expressão do soneto ..	Paulo Mendes Campos
Formação do Advogado	Djaci Menezes
Teatro de Marionetes	Heinrich von Kleist
Monte Cristo ou da vingança ..	Antônio Cândido
Música e Tempo	Luís Cosme
Misé	João Cabral de Melo
Significação do Far-West	Otávio de Faria
Hoteiro de Arte	Santa Rosa
Teatro de Cervantes	José Carlos Lisboa
José de Alencar	Gilberto Freyre
Alguns Contos	Clarice Lispector
Panorama da Pintura Moderna	Mário Pedrosa
Introdução à experiência estética	Rosário Fusco
Realidade e ficção	Carlos Dante de Moraes
Três primitivos	Rubem Braga
O Sensualismo Alimentar	Dante Costa
Lição de Mário de Andrade ..	Lêdo Ivo
O Romancista e o Ventriloquo	Eugênio Gomes
Nomes, Seres e Coisas	José Lins do Rêgo
De várias Províncias	Octavio Tarquínio de Sousa
Cinquenta anos de Literatura	Lúcia Miguel Pereira
A Imprensa no Período Colonial	Alexandre Passos
Etnias e Culturas no Brasil ..	Manuel Diegues Júnior
Explorações no Tempo	Cyro dos Anjos
O Poliedro e a Rosa	Oswaldino Marques
Lugares-Comuns	Fernando Sabino
Notas à margem do problema	
segredo	Péricles Madureira de Pinho
Portugal e o Brasil na História	Vitorino Nemésio
Exemplos de Circunstância	Willy Lewin
Variações sobre o conto	Herman Lima
Três fases do movimento moderno	Flávio de Aquino
Uma estação no inferno	Rimbaud
Isabel e do bom gosto	J. Carlos Lisboa
Pastéis ingleses	Sylvio Neves
Poesia das palavras	João Neves da Fontoura
Fontes tradicionais de Antônio Nobre	Josué Montello
Teatro realidade mágica	Santa Rosa
Hoteiro da Bahia	Herman Lima
No mundo do romance policial	Alvaro Lins
Servindo à poesia	Stefan Baciu
Poesia menor	Luiz Santa Cruz

